



RESENHAS

DECEMBER

ARQUIVOS EM MOVIMENTO OU MEDITAÇÕES SOBRE LUGARES E LARES DA MEMÓRIA¹



MARGARETH DA SILVA PEREIRA

*Professora do Programa de Pós Graduação em
Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Livro: “Arquivos, memórias da cidade, historiografias da arquitetura e do urbanismo”

Organizadores: Ana Cláudia Veiga de Castro, Joana Mello de Carvalho e Silva e Eduardo Augusto Costa

Um escritor, um historiador ou um pesquisador nunca saberá, plenamente, como serão lidas suas narrações, ensaios, fabulações. Um autor, qualquer autor, qualquer indivíduo, em sua vida corrente, não tem qualquer controle do que o afeta, como afeta, de como incorpora os mundos ao seu redor ou como impactam suas ações. O que o habita, o que diz, recorta ou silencia, pode até ser claro em relação a alguns dos seus fins, mas nunca permite capturar a totalidade, nem sequer a cadência, da construção das ideias e, menos ainda, antever seus efeitos. As páginas de “Arquivos, memórias da cidade, historiografias da arquitetura e do urbanismo” não fogem disso.

O conjunto de artigos aqui reunidos por seus organizadores, três pesquisadores-professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, – Ana Castro, Joana Mello e Eduardo Costa –, até permite identificar seus objetivos. Como diz seu título, é um livro que fala de memórias, de arquitetura e urbanismo. Fala, em outros termos, sobretudo de cidades e da reflexão sobre suas histórias e da escrita sobre elas, em meio a lugares específicos de guarda e conservação de memórias, que são os arquivos. São eles, os arquivos, que se tornam, nas páginas que se seguem, o foco ou o objeto de estudo de seus diferentes autores. Contudo, como se disse, um livro, ou aqueles que interessa serem lidos, como este, manifesta um feixe de impulsos incertos em relação a um status quo sobre o qual autores parecem perceber inadequações, inatualidade, obsolescências, limites, violências cristalizadas e, às vezes, lacunas. Aqui, como percebem os diferentes autores em seus textos, em maior e menor grau, o arquivo pressupõe as memórias da cidade e é lugar delas. Leva, assim, à meditação sobre o que se considera de suas múltiplas histórias e sobre as próprias memórias e visões do passado que as atravessam, a começar pelas do pesquisador.

De fato, um arquivo não é apenas um lugar onde se vai para consultar pilhas de documentos antigos. Ele é mais que isso. Deliberadamente, ele é o local onde se dá o encontro mudo de corpos – o do pesquisador e de suas fontes. Contudo, o próprio acúmulo de tantos registros, de tantas fraturas e descontinuidade nas informações no processo de consulta, faz com que, cedo ou tarde, as práticas de levantamento, compilação e reprodução dos documentos deixem de ser vistas naturalmente. A operação de ordenamentos e desordenamentos do que se consulta ali acaba interrogando o pesquisador sobre os pedaços de histórias que vai fazendo seus e aqueles que terá que abandonar e, por fim, sobre o seu próprio apego por esse exercício ou esse lugar.

Pouco se pergunta nas escolas de arquitetura e urbanismo o que é uma sala de arquivo e o que se passa ali. Pouco se pergunta sobre o que emerge no silêncio das suas salas de leitura ou nas de uma biblioteca. Muitos se surpreendem, temem ou evitam esse coro de vozes que, cortando o silêncio, perpassa esses lugares, dizendo de espacialidades e temporalidades de tantas formas de lutas, tiranias, criações, brincadeiras, amores, rebeldias. Vivências esquecidas e que às vezes totalmente se ignoram, mas que insistem em mostrar-se.

Nunca sincrônicas em suas consonâncias, dissonâncias ou fricções, essa multiplicidade de vidas vividas inquieta ou desnorteia o próprio pesquisador quando ele, por vontade própria, adentra esses lugares de memórias e se vê questionando os próprios mundos com os quais estabelece interações e que o haviam guiado no seu interesse e definição dos seus objetos de estudo. Diante desse peso de outros mundos que foram ou não possíveis, ele se vê muitas vezes paralisado, perdido, em crise, perguntando-se sobre suas forças para sustentar seu próprio desejo de conhecimento e seu movimento de trazer à superfície suas escolhas temáticas, seus recortes temporais, as vozes dos fantasmas que lhe falaram, na escrita e na narração que faz ou intenciona fazer.

A historiadora Arlette Farge, em 1989, escreveu um pequeno livro, *Le goût de l'archive* – traduzido em português como “O sabor do arquivo”. Talvez fosse melhor dizer o prazer do arquivo. Explorando o trabalho do pesquisador com os arquivos, ela já mostrava como aí, talvez de forma ainda mais viva do que no trato dos livros, a atividade de pesquisa pode velar o quanto é indissociável da experiência vivida e do movimento de prazer e angústia do pesquisador diante das suas fontes, dos seus corpus documentais.

Na obra, ela comparava esse prazer ao de um aluno na escola primária ao copiar, meticulosamente, registros com os quais se deleita, mergulhado e absorto no instante. Contudo, mostrava, ainda, que a escuta que o pesquisador faz dos arquivos em seu trabalho é também de outra natureza. Trata-se, no caso, de resistir ao fascínio das fontes das quais ele precisa permanentemente duvidar e, mais ainda, na medida em que vai amplificando o som das vozes que reverberam em suas inquietações e, desse modo, construir ao mesmo tempo novas perguntas pertinentes com os recursos da retórica, estabelecer distâncias, apontar vazios. Mas trata-se, sobretudo, de examinar singularidades no interior de sociedades e culturas, tornando sensível o que permaneceu do passado, como latência de projetos e sonhos. Buscar atualizá-lo, isto é escrever sobre ele, significaria, portanto, vivificar não aquilo que foi, mas o que suas fontes deixam entrever do que permaneceu como falta ou perda sobre outros mundos possíveis, diante de desastres que já se anunciavam.

335

Assim, o pesquisador também se vê tendo que fazer escolhas nunca neutras, situando os atores aos quais se dedica em relação a questões novas e velhas, comparando e avaliando as “verdades” que ouve serem ditas e tecendo suas próprias considerações e interpretações diante de surpresas e diante de corpos petrificados que, não obstante, lhe falam de um futuro e de um presente do qual permanecem alijados. Enfim, ele se vê em um jogo de memórias, construindo, abandonando e reposicionando hipóteses sem descanso, aprendendo a mover-se entre fragmentos esparsos, decidindo, mas, sobretudo, criticando suas próprias visões de mundo, aceitando o risco de sua falibilidade ao assumir aquilo que vislumbra e busca sustentar e instaurar.

Para Farge, o próprio do historiador, mas poderíamos dizer do arquivista, do cartógrafo, do cosmógrafo, daquele que desenvolve qualquer experiência meditativa, descritiva ou propositiva como hipótese – escritor, arquiteto, poeta –, não seria, assim, apenas o prazer que se experimenta no trato de memórias, de reminiscências, de intuições que irrompem em um agora em diferentes formas de “arquivamento”. Seria essa capacidade de agir entre a potência daquele que tudo quer saber e a impotência daquele que procura apenas não errar, sabendo que suas hipóteses, seus ensaios, suas sínteses, suas fabulações transitam entre impossibilidades, perdas, faltas, esquecimentos e, inclusive, fraquezas e possibilidades de derrotas.

Falando dos arquivos judiciais, perfil de acervo ao qual se dedica, e da identificação do pesquisador com seu objeto de estudo, ela sublinha, enfim, esse sentimento

de estar sempre em terra estrangeira fazendo do “estranhamento e das rupturas” de temporalidades, de espacialidades, de práticas, de formas de legitimação e silenciamentos, de ideologias e de seus enfrentamentos, quase que “uma gramática”. E lembra, dez anos mais tarde, ainda em outra obra, citando Foucault a respeito de lutas, guerras e violências: “A história com suas intensidades, suas fúrias secretas, suas grandes agitações febris, que são como síncopes, é o próprio corpo do futuro.”

Lugar dos conflitos, de gestualidades, de ações, resistências, metamorfoses, resiliências, os arquivos são um território onde o que se respira são modos de subjetivação e desejos, mas também as ambições, as rebeldias e a humildade de um “eu” com os mundos que o atravessam e que lhe permanecem incógnitos, conduzindo a uma narração desassossegada e sem equilíbrio estável em torno do choque com lógicas dissemelhantes. As coerências e sentidos que o pesquisador propõe estabelecem-se, assim, em meio a fragmentos díspares, pedaços de meteoritos que o atingem e que resultam das condições que teve e se deram como possibilidade para pensar com eles.

Nesse exercício, permeado de violências e instabilidades em relação aos choques de visões de mundo, de visões de tempo e de formas de existência, como as diferentes crises na América barroca tanto fizeram pensar, o corpo do pesquisador, ele próprio, é “arquivo de impressões e de experiências”. Decifrar o arquivo que o pesquisador carrega e aquele dos corpos fantasmáticos dos documentos que interpreta em um livro é um jogo movediço e em aberto que mesmo os estudiosos contemporâneos de parte das Américas parecem ignorar. E, no entanto, a experiência americana foi particularmente fértil de exemplos das armadilhas e manipulações do visível.

336

De fato, ainda que almejando afastar-se de oposições estéreis, Diana Taylor, por exemplo, enfocando as relações entre memória e corpo em diferentes práticas culturais na América Latina, acaba, em seu livro “El archivo y el repertorio, La memoria cultural performática en las Américas” (2017), resumindo-as a meras questões de vocabulário ou de uso de palavras.

O arquivo vê-se assim, talvez malgrado aos desejos da própria autora, entendido como um repositório inerte e que independe da performance das próprias memórias do pesquisador, ao mesmo tempo que o ato performático acaba sendo associado a outras práticas. Essa desqualificação dos arquivos como lugar de afetações, interpretações e de apelo à expansão da imaginação, necessitaria de maiores desenvolvimentos. Sugere-se aqui, contudo, que impressões e experiências estão inscritas em cada corpo e em cada uma de suas ações, qualquer delas: no copiar um documento, no realizar uma performance, no projetar uma casa, no escrever um texto ou no narrar, voluntariamente, uma interpretação do passado. Estão também continuamente sob influxos e em potencial mudança.

Inconceituáveis, incapturáveis, as memórias são feitas das interações dos corpos em um movimento permanente com todo o vivente e com todo o inanimado que lhes afeta, e também se inscrevem e se sedimentam, de modo não necessa-

riamente preciso e determinado, nas escritas da história, embora o historiador insista em equilibrar-se entre o seu arbítrio e o arbitrário.

As telas barrocas do século XVII mostraram os limites da ideia retórica de representação e de símbolo no jogo ilusionista das naturezas-mortas. Como elas, no trabalho em arquivos o pesquisador mobiliza os rastros de seus “arquivos” não para retratar um real, mas para desestabilizá-lo e instaurá-lo como problema, entre imagem e mirada. Em suma, memórias não estão circunscritas em uma forma representável, isto é, em uma exterioridade ou em um visível, e os arquivos, sejam lugares, coleções ou corpos, nada tem de neutros, estão repletos de fantasmas e de fantasmagorias.

O que se vê, esse algo palpável, tangível, essa memória arquivada, “impressa” e objetualizada que é uma imagem, um desenho, o livro, um conjunto de práticas corporais ou o próprio arquivo, em seu sentido estreito, se considerados como que fechados neles próprios, não são nem documentos nem monumentos. Não são nada para além de acúmulos, sem as perguntas formuladas a partir de uma urgência que brota no hoje e, intempestivamente, instaura ruínas do ontem como atualidade. Não são nem trazem de volta o passado ou as experiências como foram. Apenas aludem, eventualmente, às percepções e afetações que as engendraram e que irrompem como uma necessidade de serem presentificadas, no tempo “agora” do momento vertical e em abismo da pesquisa e da escrita.

337

Ele próprio considerado aqui como um arquivo de impressões, impregnações e meditações, “Arquivos, memórias da cidade, historiografias da arquitetura e do urbanismo” parece querer mostrar-se, também, como conjunto de perguntas e dúvidas ao lado, tanto da notável intimidade e crítica que entretêm seus autores com esse jogo de memórias, quanto dos processos de naturalização dos arquivos que insistem em multiplicá-los ou ignorá-los. Exprime, assim, um desejo de partilha com seus leitores, convidando-os a visitar o próprio campo no qual memória e arquivo se debatem introduzindo o desvio, a lacuna, o hiato onde se afirmam certezas ou buscam-se cristalizar identidades.

Jacques Derrida em sua famosa conferência de 1994 intitulada “Memória: A questão dos arquivos”, editada no ano seguinte com o título “Mal de arquivo”, enfrentou tanto a ideia de rememoração quanto a de arquivo. Discutindo o desejo de conceitualização do termo em Freud e seu entendimento na cultura judaica, mostrou como o desejo, ou o mal de arquivo, nasce ao mesmo tempo de inquietações ontológicas e nomológicas e de uma ambiguidade que está presente no termo grego *arkhè*, que tanto pode ser traduzido como princípio originário e lugar onde a lei dos deuses ou dos homens comanda a lei social, quanto como o que se vive como comum. Princípio ou ordem, poderíamos acrescentar que o termo *arkhè* compõe tanto a palavra arquivo quanto a palavra arquitetura e é um constructo onde a gênese ou o princípio é sempre um agora.

Poderíamos ainda sublinhar que arquivar, seja em grego seja em latim, guarda desse princípio originário a ideia de um comúnes e, de certo modo, a ideia de possibilidade de construção e de partilhas – éticas estéticas, poéticas, políticas –, cuja autoridade ou poder permanece, contudo, de sustentação incerta, exigindo interpretação e ação sem causa a priori, em cada agora, e no qual corpos porosos de ontem e de hoje se coimplicam, fusionam-se ou se desviam.

Farge e Derrida respondiam criticamente de diferentes modos a um fenômeno que viam crescer, observável não só na França mas também no Brasil, em torno das práticas de arquivamento e colecionismo, mas também dos regimes de memória e, com eles, os modos de pensar o tempo e, sobretudo, o passado e as formas de narrá-lo, debatendo, como vimos, a própria escrita da história, em um caso, ou os significados de arquivar, no outro.

É certo que ao longo dos últimos 40 anos a expansão das práticas de arquivamento só cresceu ainda mais. Os debates sobre a não neutralidade da organização e manutenção de acervos documentais entre historiadores, arquivistas, bibliotecários e pesquisadores acompanharam-se da constituição de novos arquivos como um instrumento de lutas políticas ou culturais, com motivações diversas, o que vem sendo apontado como sintoma de um novo regime de historicidade.

338

De fato, viu-se a criação de um sem número de arquivos reunindo memórias e documentos referentes não só a novos campos do conhecimentos, novos grupos sociais e novos temas, que se associaram também a movimentos sociais voltados para aspirações e lutas profissionais, identitárias, étnicas, como para estratégias culturais, acompanhadas, segundo os países, pelo interesse ou descaso de autoridades. Como muitos, pode-se, assim, situar nos anos 1980 o ponto de inflexão desta virada epistemológica e nos regimes de historicidades em andamento e que vai de par com uma certa tomada de poder no campo da cultura da reflexão histórica e antropológica e, no plano social, com a emergência das lutas pós coloniais, ou “decoloniais”, que propiciaram um novo protagonismo a grupos subalternizados até muito recentemente.

Se quisermos, este livro dedicado aos arquivos de arquitetura e de uma cidade em particular – São Paulo –, pode ser visto como uma espécie de testemunho multi-forme desse desejo de interpelação dos arquivos, do seu alcance na formação profissional, mas também sobre as formas como se pensa o tempo, a cidade e suas formas construídas e sociais em suas inter-relações, e o que permaneceu silenciado e compete falar. Nasce, assim, claramente, dessa interpelação viva dos regimes de rememoração, da história, da memória e da própria noção de arquivo e como se pode eventualmente pensá-la. Nasce, enfim, das práticas dos organizadores e dos diferentes autores que reuniram no exercício silencioso, cotidiano, íntimo que fazem com um acúmulo de rastros de imagens e sobrevivências do dito e do não dito. Papéis, fotografias, mapas, croquis, projetos, desenhos, textos: não importa.

Nesta obra, os diferentes autores parecem não querer ver estes vestígios do passado, retirados do fluxo da vida como resíduos mortos de um passado morto. São, antes, como fragmentos que se impõem em meio a inúmeros outros rastros, fazendo suas aparições da noite do tempo diante dos olhos do pesquisador. E, nessa condição, parecem à espera de serem colocados em um comum ampliado como memória pública e em uma história no presente do presente e do porvir.

Georges Bataille, arquivista que também o foi na Bibliothèque Nationale em Paris, escrevendo sobre a experiência das obras de arte no Louvre e sobre quando o público saía às ruas, no momentos em que suas portas se fechavam, resumiu: “os quadros nada mais são do que superfícies mortas e é junto às multidões que se produzem os jogos, os lampejos, as correntes elétricas...” Talvez se pudesse dizer com ele que nos arquivos e em seu silêncio é onde o pesquisador se vê, como à saída do museu, animado por esse mesmo “desejo de se parecer com as celestes aparições que viu e ainda brilham em seus olhos” e que deseja, como historiador, levar às ruas. Entretanto, a experiência dos arquivos talvez seja corporalmente ainda mais radical porque, sem imagens, o pesquisador está diante da errância cega de seu próprio desejo e de sua imaginação e é com ela, e com as hipóteses que confronta e cria, que ele transita em busca desse comum, sempre incompleto e inalcançável como fato, mas que ele adivinha nos horizontes da utopia.

De diferentes modos, em cada uma das três partes em que se organiza Arquivos, memórias da cidade, historiografias da arquitetura e do urbanismo – Indagar, organizar, conservar; Narrar, ensinar, difundir; ou Coletar, gerir, dialogar – percebe-se que essas noções sabem-se irredutivelmente enlaçadas. Percebe-se, ainda, que não se está diante de narrativas em torno de uma ideia de história fechada. Tampouco se está diante de um passado ou de uma memória que se fazem presentes com inocência ou intencionalidade explícitas em suas aparições e sucessivas construções e reconstruções.

De forma direta ou indireta, o que seus autores insistem em sublinhar, antes de tudo, é a movimentação dos seus próprios corpos com esse acumular-se que se chama arquivos. Um movimento que é o próprio gesto ambíguo de levar o arquivamento e a memória ao seu fim primeiro – ao seu nascedouro – diante da perda, da morte, da ruína e que se funde não só na operação de arquivamento, mas em seu avesso. Isto é, no ato de considerar o que e como se coleta, guarda, gere, cultiva e difunde ou quando se busca indagar por que e o que transmitir. Isto é, quando se escreve, quando se narra e quando se pensa o tempo, o ser e o comum, tanto como efemeridade, fragilidade, indeterminação, quanto como potência, necessidade ou sonho. Quando, em suma, pensa-se com os arquivos a própria vida que os atravessa.

A história entre soma e diáspora, entre o que teria sido e o que ainda não é, passa a ser não mais repositório de um passado inerte, mas o desafio de, entre o lusco-fusco de papéis esparsos, dizer e desdizer os dizíveis do presente, diante da con-

vulsão e suspensão do tempo. Nestes termos, os arquivos não são o lugar de uma história pretérita, mas o espaço de vozes díspares – de vencedores e vencidos, de anônimos ou figuras tidas como exemplares, de fantasmas cujos espectros mal se distinguem em meio a um turbilhão de dúvidas e caminhos possíveis. Lugares silenciosos diante do imemorial, os arquivos convidam a uma pausa quando o tempo apaga o próprio tempo e palavras e nexos flutuam entre a possibilidade e a necessidade do destruir, do conservar, do subverter, do transformar e de seus próprios impulsos e limites.

Com suas perguntas e dúvidas, organizadores e autores deste pequeno livro enfrentam colaborativamente essa condição incerta e enigmática da percepção, da recepção, da co-afetação, ou da transmissão de coisas que cada corpo faz suas. Com eles, percebem-se as forças de individualização, coesão e dissolução que cada qual exerce em seu momento oportuno, necessário e contingente. Insidiosamente, fazem não esquecer que só os corpos em suas práticas são o lugar e o abrigo irredutível da memória. Em momento de riscos de anomia, de afrouxamento de vínculos sociais, de mutações culturais e epistemológicas e também de perigo, Arquivos, memórias da cidade, historiografias da arquitetura e do urbanismo chega em boa hora: justo no tempo em que possibilidade e necessidade se encontram. **U**

NOTAS

¹ Este texto foi publicado originalmente como apresentação do livro “Arquivos, memórias da cidade, historiografias da arquitetura e do urbanismo”.